

Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos

Coleção Cadernos CED n. 13, QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: ARTMED, 2004. 221p.

Heloisa Maria Moreira Lima Salles *

Início esta análise da obra *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*, de Ronice Müller Quadros e Lodenir Karnopp, com uma citação do prefácio, escrito por Souza (2004, p. 10): “Em cada uma das páginas desta obra, constata-se o notável e sério empreendimento das autoras em nos fazer entrever os contornos de uma língua cujos fios fazem tecer identidades surdas.” Ao enfatizar a seriedade do trabalho das autoras na tarefa de examinar a língua de sinais brasileira, a citação sintetiza importante atributo da obra, que gostaria de ressaltar desde o primeiro momento, que é o de dar a conhecer a língua das comunidades surdas, de pessoas que, na singularidade de sua condição sensorial, revelam a inextricável co-existência entre o ser humano e sua língua materna, “alimento e de(leite)”, mais uma vez recorrendo às palavras do prefácio, na constituição de sua identidade e na expressão de sua natureza essencialmente social.

À sensibilidade de Regina Maria tomo de empréstimo a ênfase em aspectos tão cruciais ao ser humano, para dar início à apresentação da competente obra de Ronice Quadros e Lodenir Karnopp, cujo mérito depreende-se em vários aspectos, que passamos a detalhar, buscando ainda situá-los em relação a caminhos de análise e discussão, evidenciando vertentes para novos estudos, que a obra ilumina e instiga a empreender. Ressaltamos primeiramente a estrutura da obra, que compreende quatro capítulos – intitulados: *A lingüística e a língua de sinais brasileira*, *Fonologia das línguas de sinais*, *Morfologia das línguas de sinais* e *A sintaxe espacial*. Nessa

* PhD em Lingüística, University of Wales, UK. Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula. Universidade de Brasília.

abordagem, além da preocupação em caracterizar a ciência da linguagem – a lingüística – e seu objeto de investigação – a língua –, questionando mitos relativos às línguas de sinais, identifica-se a utilização dos níveis tradicionais da análise lingüística – fonologia, morfologia e sintaxe – na aproximação das propriedades da Língua de Sinais Brasileira.

A discussão acerca dos mitos remete, crucialmente, ao estatuto das línguas de sinais no que se refere à sua capacidade expressiva e à manifestação de propriedades gerais e típicas das línguas naturais. Por meio de ampla referência a estudos e experimentos que examinaram as questões citadas, as autoras demonstram que, a despeito das especificidades que cercam a complexa situação social e lingüística dos surdos, as características das línguas de sinais permitem identificá-las com as demais línguas naturais, ou seja, como a manifestação da faculdade de linguagem (tal como entendida pela tradição gerativista). Um aspecto recorrentemente discutido é a *iconicidade* dos sinais – em oposição à *arbitrariedade* da relação entre significado e significante observada na constituição do signo lingüístico em línguas orais.

Reconhecendo, nas línguas de sinais, a *iconicidade*, a par da *arbitrariedade* (e remetendo a estudos que demonstram, por exemplo, a dificuldade por parte de informantes de deduzirem significados em relação a muitas formas aparentemente icônicas), as autoras destacam o fato de que signos icônicos sofrem mudanças, as quais freqüentemente “tendem a inibir a natureza icônica dos sinais, tornando-os mais arbitrários através dos tempos [...]”. Ao aspecto diacrônico acrescentam a constatação de que “processos gramaticais regulares (flexões nominais e verbais, por exemplo) também tendem a suprimir relações icônicas.” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 33). Esses processos estão na base também das línguas naturais orais-auditivas em que não se exclui a presença da *iconicidade*, como no caso das formas onomatopaicas, cabendo ainda considerar processos como a reduplicação, em que a repetição de segmentos da cadeia sonora codifica noções como cardinalidade, aspecto durativo, interativo, entre outras propriedades, o que, como no caso dos sinais icônicos, torna-se, com o passar do tempo, opaco ao falante, indicando a gramaticalização das formas¹.

Nas observações referentes aos mitos quanto ao léxico, dito “empobrecido”, as autoras ressaltam que “a alegação [...] surgiu a partir de uma situação sociolingüística marcada pela proibição e intolerância em relação aos sinais na sociedade e, em especial, na educação [...]”,

acrescentando que à “[...] medida em que as línguas de sinais garantam maior aceitação, especialmente em círculos escolares, registra-se o aumento no vocabulário denotando referentes técnicos.” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 35). De fato, a dimensão do léxico propicia o entendimento de vários aspectos relativos às características sociais e lingüísticas de uma comunidade. Conforme observado pelo grande filólogo e lexicógrafo Houaiss (1985), na obra *O português do Brasil*, à inquestionável isonomia estrutural das línguas acrescenta-se a heteronomia em relação à constituição do léxico, cujo inventário se inscreve em uma escala que varia de 3.000 a 6.000 itens, os quais correspondem aos usos espontâneos das interações cotidianas, e alcança cerca 400.000 itens, ao abarcar as formas utilizadas nas práticas linguageiras universalizantes da filosofia, das ciências e das artes.

A correlação entre os inventários lexicais e as práticas linguageiras, conforme formulada em Houaiss, vem captar a dinâmica social, respaldando assim as observações de Quadros e Karnopp no sentido de relacionar a dimensão do léxico das línguas de sinais, em particular da Língua de Sinais Brasileira, ao processo de socialização/ escolarização das pessoas surdas, no qual é efetivado o acesso às diferentes áreas do conhecimento e aos itens lexicais que lhes são próprios. Trata-se, portanto, de questão a ser discutida no plano do letramento e da cidadania, o que, por sua vez, independe do estatuto da língua em relação às propriedades que a identificam com as línguas naturais.

Discutidos tais aspectos, a obra orienta-se para o estudo teórico-descritivo das propriedades da Língua de Sinais Brasileira (doravante LSB). Para tanto, é adotada a estratificação tradicional dos níveis da análise lingüística, uma opção que se mostra adequada aos objetivos da obra, em articulação com a perspectiva translingüística, pela qual se estabelece o confronto com outras línguas de sinais, em especial a Língua de Sinais Americana (*American Sign Language*, doravante ASL), e com línguas orais.

O estudo da fonologia da LSB parte de considerações acerca da organização fonológica da língua de sinais em oposição à língua oral. Citando os trabalhos pioneiros de Stokoe e seus colaboradores em relação à ASL, as autoras ressaltam o caráter não-holístico dos sinais, que “[...] podem ser analisados em termos de um conjunto de propriedades distintivas (sem significado) e de regras que manipulam tais propriedades.” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 48). Nessa configuração, identifica os parâmetros “configuração de mão” (CM), “locação da mão” (L),

“movimento da mão” (M) – acrescidos posteriormente de “orientação da mão” (Or), “aspectos não-manuais” (NM) – analisados como unidades mínimas (fonemas) na constituição dos morfemas da língua de sinais, o que permite estabelecer analogia com as línguas orais, a par da diferença fundamental, que é a simultaneidade de sua manifestação na língua de sinais, embora seja também observada a seqüencialidade².

Observando que o caráter dual da estrutura fonológica da língua de sinais, apesar das diferenças nos articuladores se comparados aos da língua oral, “atesta a abstração e a universalidade da estrutura fonológica nas línguas humanas” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 53), as autoras passam então à caracterização detalhada de cada parâmetro. Na análise do parâmetro CM, recorrem a estudos realizados por Brito (1990) e Langevin (1995), ambos citados pelas autoras, para a LSB, apresentando o inventário das configurações de mão nessa língua. A discussão a respeito do parâmetro M ressalta sua complexidade, uma vez que “pode envolver uma vasta rede de formas e direções, desde os movimentos internos da mão, os movimentos do pulso e os movimentos direcionais do espaço.” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 54). Exemplos da ASL ilustram a observação, como na designação das diferentes tonalidades de uma cor, obtida mediante variação do movimento do sinal referente à cor básica. Além de realizar contrastes lexicais, o movimento codifica também categorias gramaticais, como tempo dos verbos – “na ASL, o significado do Verbo FICAR EM PÉ torna-se FICAR EM PÉ POR MUITO TEMPO, caso se adicione um movimento circular a esse sinal [...]” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 55). Apresenta-se, em seguida, quadro descritivo do parâmetro em LSB proposto em Brito (1990), no qual se identificam quatro categorias:

- *tipo* (contorno ou forma geométrica, contato, torcedura do pulso, dobramento do pulso, interno das mãos);
- *direcionalidade* (direcional *vs.* não-direcional);
- *maneira* (qualidade, tensão, velocidade) e
- *freqüência* (repetição).

Considerado um dos três principais aspectos formacionais do sinal, o parâmetro L é definido como aquela área no espaço de enunciação em que o sinal é articulado, sendo o referido espaço de enunciação, por sua vez, definido como “uma área que contém todos os pontos dentro do

raio de alcance das mãos em que os sinais são articulados”³ (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 57). Ressaltando as limitações no número de locações possíveis, bem como sua manifestação ora exata (como a ponta do nariz), ora abrangente (como a frente do tórax), as autoras, mais uma vez, recorrem ao estudo de Brito e Langevin (1995), apresentando quadro em que são descritas as locações da LSB, no qual são sistematizadas quatro regiões principais:

- *cabeça* (topo da cabeça, testa, rosto, parte superior do rosto, parte inferior do rosto, orelha, olhos, nariz, boca, bochechas, queixo);
- *tronco* (pescoço, ombro, busto, estômago, cintura, braço, antebraço, cotovelo, pulso);
- *mão* (palma, costas das mãos, lado do indicador, lado do dedo mínimo, dedos, ponta dos dedos, dedo mínimo, anular, dedo médio, indicador, polegar);
- *espaço neutro*. Acrescentam ainda, as autoras, que cada sinal apresenta apenas uma locação especificada, embora haja a distinção entre locações principais e subespaços: “[...] se um movimento de direção ocorre, este é tipicamente o resultado da especificação de dois subespaços, os quais estão associados e ligados a uma locação principal.” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 59).

Em relação ao parâmetro Or, definido como a direção para a qual a palma da mão aponta na produção do sinal, é apresentada a sistematização de Brito (1995, p. 41), sendo identificados seis tipos na LSB: *para cima, para baixo, para o corpo, para a frente, para a direita* ou *para a esquerda*. Por fim, são caracterizadas as expressões não-manuais (ENM), as quais podem marcar construções sintáticas, codificando força ilocutória (tipo frasal), topicalização, focalização, relativização, concordância ou constituir componentes lexicais, marcando referência específica, referência pronominal, negação, adjunção, grau, aspecto⁴. Conforme propõem Brito & Langevin (1995), as expressões não-manuais situam-se no *rosto*, na *cabeça* e no *tronco*, sendo realizadas como “sobrancelhas franzidas”, “lance de olhos”, “contração do lábio superior”, “bochechas contraídas”, “inclinação [da cabeça] para frente”, “para trás”, entre outras formas.

Ao estudo da fonologia da LSB segue-se discussão orientada para uma comparação com o sistema fonológico das línguas orais. Nesse contraste, as autoras ressaltam o fato de que o número de traços definidos

pelos parâmetros das línguas de sinais é significativamente maior do que o encontrado nas línguas orais. Acrescentam, porém, que tal contraste pode ser explicado se os traços definidos pelos parâmetros forem associados ao nível fonético. Uma vez realizada a investigação das propriedades fonológicas das línguas de sinais, pode-se chegar à redução do número de traços, o que propiciará comparação mais acurada com as línguas orais no que se refere à representação das propriedades fonológicas. O capítulo é encerrado com a descrição do modelo de análise proposto por Hulst (1993) para a representação fonológica de sinais, em que a noção de traço distintivo é substituída pela noção de dependência – definida em termos sintáticos –, o que permite explicar restrições na formação de sinais, um tópico relevante na investigação dos processos fonológicos.

O capítulo *Morfologia das línguas de sinais* inicia com a distinção entre fonética, fonologia e morfologia. Por retomar o tema da fonética e da fonologia, objeto do capítulo anterior, a exposição torna-se um tanto repetitiva, ainda que os objetivos didáticos sejam legítimos, em face da demanda de profissionais atuando na área da surdez, por formação em relação aos fundamentos da lingüística. É assim que a referência a pares mínimos é retomada, com exemplificação mais detalhada do que no capítulo anterior. A caracterização da morfologia adota o enfoque estruturalista, ao referir-se ao conceito de morfema e a processos aditivos de formação de palavras, como a prefixação e a sufixação, amplamente encontrados nas línguas orais, os quais são contrastados com os processos morfológicos das línguas de sinais, em que, como observado em Klima e Bellugi (1979, apud QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 87), citados pelas autoras, “as formas resultam freqüentemente de processos não-concatenativos em que uma raiz é enriquecida com vários movimentos e contornos no espaço de sinalização.” Na discussão sobre a morfologia das línguas de sinais é abordada ainda a formação do léxico, organizado segundo um esquema que distingue léxico nativo e não-nativo, este último compreendendo a soletração manual, que consiste em uma representação manual da ortografia da língua oral (o português, no caso da LSB). Identifica-se, também, o fenômeno do empréstimo lingüístico, amplamente encontrado nas línguas cuja manifestação especificamente na língua de sinais está sujeita a restrições de boa-formação de sinais – nem sempre rigorosamente obedecida, havendo, porém, a possibilidade de que o sinal sofra modificações, na diacronia, ajustando-se finalmente às restrições. Destaca-se ainda que o

léxico nativo compreende sinais com os chamados classificadores, “formas complexas em que a configuração de mão, o movimento e a locação da mão podem especificar qualidades de um objeto” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 93), os quais se caracterizam por admitir violação de restrições formacionais, como, por exemplo, restrições de simetria e dominância em sinais articulados com duas mãos. Embora a construção dos classificadores seja crucialmente influenciada pela modalidade visual, as autoras ressaltam o caráter universal das propriedades que determinam sua utilização no sistema lingüístico, em particular no que se refere aos padrões de lexicalização que envolvem perda de composicionalidade e ajuste a propriedades formacionais definidas no sistema gramatical⁵.

Observando que, além de operações de adição de morfemas, as línguas apresentam outros processos, como a aglutinação, que consiste da formação de palavras polimorfêmicas, como no húngaro, e a incorporação, em que determinado morfema é realizado dentro de outro morfema, como no árabe, as autoras passam a ilustrar processos de formação de palavras na LSB, demonstrando a ocorrência tanto de processos concatenativos quanto de processos de incorporação de diferentes elementos dentro dos sinais⁶. Observam que, entre as operações morfológicas produtivas na LSB, encontra-se a que gera mudança categorial (formando deverbais/denominais). É o caso dos sinais PENTEAR e PENTE, SENTAR e CADEIRA (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 97-98), entre outros. Na formação desses sinais, identifica-se a regularidade do processo derivacional, sendo o contraste entre as formas determinado por um único parâmetro, que é o movimento: “[...] o nome repete ou reduplica a estrutura segmental do verbo” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 102)(cf. nota 2).

A formação de compostos na LSB recebe tratamento detalhado. Ressaltando o caráter sintático do processo, conforme observado em Basílio (1987, apud QUADROS; KARNOPP, 2004), bem como o fato de que o significado do composto geralmente não é composicional (não se depreende do significado das partes), exatamente como nas línguas orais, Quadros e Karnopp detêm-se sobre as regras morfológicas aplicadas na formação de compostos, a saber

- a regra de contato;
- a regra da seqüência única e
- a regra da antecipação da mão não-dominante. A *regra do contato* estabelece que, se dois sinais ocorrem juntos para formar um

composto e o primeiro sinal apresenta contato, o do primeiro sinal tende a permanecer; se o contato só ocorre no segundo sinal, este permanece na composição; havendo contato em ambos os sinais, é possível ainda que ambos permaneçam – é o caso do sinal de ESCOLA (casa + estudar), que mantém o contato de ambos os sinais formadores. A *regra da seqüência única* consiste em eliminar o movimento interno ou a repetição do movimento presente no sinal formador do composto, como no sinal PAIS, em que o movimento observado nos sinais PAI e MÃE é eliminado. A *regra da antecipação da mão não-dominante* consiste na antecipação pela mão não-dominante do segundo sinal da composição, como no sinal BOA-NOITE, em que a mão não-dominante do sinal NOITE é posicionada concomitantemente à realização do sinal BOA. Conforme mencionado, um processo produtivo em LSB é o da incorporação, ilustrado com a incorporação de numeral e da negação, a qual geralmente envolve alteração no movimento, como no caso dos sinais SABER e NÃO-SABER.

A discussão sobre a flexão na língua de sinais é particularmente interessante. Tomando como referência os estudos pioneiros de Klima e Bellugi (1979, apud QUADROS; KARNOPP, 2004), sobre a ALS, as autoras examinam em detalhe a codificação em LSB de categorias como pessoa, número, reciprocidade, localização espacial, focalização, aspecto, quantificação. Com farta exemplificação, ilustram o processo de introdução dos referentes no espaço por meio da dêixis, apresentando, por exemplo, os sinais das pessoas do discurso, bem como sua manifestação em formas verbais flexionadas, caso de verbos como ENTREGAR, DAR, em que a marca de pessoa é incorporada na configuração do sinal. A flexão de número é também ilustrada em articulação com a expressão de processos quantitativos, como na oposição entre o singular, o dual, o plural, por um lado, e a quantificação exaustiva, distributiva e universal, por outro. Na caracterização da flexão de aspecto, ressalta-se o papel da forma e duração dos movimentos, bem como a necessidade de distinguir o aspecto distributivo, associado à quantificação, e o aspecto temporal, este último restringindo-se à distribuição temporal (não incluindo a flexão de número). É interessante observar que a distinção postulada pelas autoras remete às

propriedades quantitativas do nome, por um lado, e ao desenvolvimento interno do evento (*aktionsart*), por outro, os quais podem se manifestar de forma articulada, confirmando o caráter composicional da expressão do aspecto nas estruturas transitivas (VERKUIL, 1993).

O capítulo 4, intitulado *A sintaxe espacial*, conclui o estudo das propriedades estruturais da LSB. A discussão parte da observação de que “o estabelecimento nominal e o uso do sistema pronominal são fundamentais para as relações sintáticas” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 127), a que se associa o estabelecimento de um local no espaço de sinalização, definido por meio de vários mecanismos, como, por exemplo,

- fazer o sinal em um local particular;
- direcionar a cabeça e os olhos (e talvez o corpo) na direção relevante, simultaneamente à realização do sinal;
- usar a apontação ostensiva antes de produzir o sinal relevante;
- usar um pronome (com apontação ostensiva) numa localização particular;
- usar um classificador na localização relevante e
- usar um verbo *direcional* (também chamado de *verbo de concordância*) incorporando os referentes previamente introduzidos no espaço.

Os sinalizadores localizam os referentes, que podem estar, fisicamente, presentes ou não (nesse último caso, são estabelecidos pontos abstratos no espaço). As autoras retomam a observação de que a realização manual do sinal é associada a expressões faciais, sendo ilustrados os seguintes tipos de expressão:

- marcação de concordância gramatical através da direção dos olhos;
- marcação associada ao foco;
- marcação de negativas;
- marcação de tópico e
- marcação de interrogativas.

Definidos tais fundamentos da sintaxe espacial, passa-se à discussão de questões específicas da sintaxe na LSB, a saber, a ordem básica da frase, a repercussão dos tipos de verbo e do auxiliar na estrutura da frase, a sintaxe de focalização, a formação de perguntas e a sintaxe de concordância. Partindo de estudos a respeito da sintaxe da ordem na ASL, em que os desvios da ordem básica SVO são explicados por fatores lexicais e gramaticais (por exemplo, a elevação do objeto em verbos manuais como

LER ou para o especificador de uma categoria aspectual na derivação da ordem SOV; a topicalização, na derivação de OVS), as autoras apresentam um conjunto de argumentos, propostos em Quadros (1999), citada pelas autoras, para fundamentar a hipótese de que a ordem básica da LSB é SVO. Em primeiro lugar, menciona-se o fato de que todas as frases SVO são gramaticais em LSB (o que não se pode afirmar em relação às demais ordens, como no caso da ordem SOV, que não é derivada se o objeto deslocado tem estrutura complexa). Além disso, é possível demonstrar que alterações na ordem básica vêm associadas a processos como a concordância e a utilização de marcas não-manuais – isto é, “se não houver tais traços particulares, as construções são consideradas agramaticais.” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 142). Outro argumento diz respeito à sintaxe de advérbios temporais e de frequência, que não podem intercalarse ao verbo e ao objeto, embora apresentem flexibilidade em relação a outros posicionamentos na estrutura oracional.

A topicalização, muito comum na LSB, é apontada como um dos principais fatores de alteração da ordem na língua: associada à marca não-manual específica, que não se espraia sobre a sentença, incidindo apenas sobre o constituinte topicalizado, a posição de tópico situa-se na posição mais alta da sentença, o que se confirma pelo fato de que, na presença de outros processos que acionam marcas não-manuais, como as derivações interrogativas, não será possível incluir o tópico no escopo da outra marca (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 149)⁷. Reporta-se ainda a alteração na ordem por meio de processos como focalização, elevação do objeto em construções de concordância, além da possibilidade de as funções sujeito e objeto terem realização nula com verbos ditos de concordância. Depreende-se, portanto, uma assimetria entre orações com verbos sem concordância e com concordância no que se refere à ordem de constituintes.

As características dessa assimetria são discutidas em detalhe. Além de maior flexibilidade na ordem, marcas não-manuais são opcionais com verbos sem concordância, diferentemente das construções com verbos com concordância, em que tais marcas são obrigatórias, o que se explica pelo fato de que a incorporação da flexão de pessoa inclui, crucialmente, a marca não-manual de orientação do olhar para a localização relevante. Verifica-se também que verbos com concordância podem preceder a negação, diferentemente de verbos sem concordância, que só o podem na presença de um auxiliar, definido como “uma expressão pura de

concordância estabelecida através do movimento de um ponto a outro.” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 163). Seguindo análise de Lasnik (1995), para verbos principais e auxiliares do inglês, e de Quadros (1999), para verbos com e sem concordância da LSB, as autoras assumem que verbos sem concordância apresentam traços fortes e afixação mediante movimento para o núcleo funcional I (= *inflection*/ flexão) na estrutura oracional, enquanto verbos com concordância são inseridos, flexionados na estrutura oracional, diretamente no domínio de I, que se divide em três núcleos – AgrS (= *agreement*/ concordância de Sujeito), T (=Tempo), AgrO (= *agreement*/ concordância de Objeto), o que permite explicar ainda a flexibilidade da ordem para verbos com concordância, os quais, nessa projeção complexa, encontram diferentes posições de aterrissagem*.

A formação da frase com foco é outro aspecto discutido, em particular, a ocorrência do elemento focalizado em posição final da oração, o qual pode ou não ser duplicado. Seguindo análise de Quadros (1999), as autoras assumem que, nesses casos, a categoria focalizada é do tipo núcleo, geralmente, um modal, um quantificador, um verbo lexical, um elemento de negação, um advérbio, realizado em uma projeção funcional de foco (FocoP), acima da projeção IP, sendo o IP extraposto para o especificador da projeção FocoP, o que explica as duas ocorrências do elemento focalizado, como em $[_{IP} IP_{EU} PODER IR [_F F_{PODER} [_{IP} t_{IP}]]]$. Na construção de foco em posição final sem duplicação, “[o] traço [+foco] associado com F licencia o núcleo nulo dentro de IP mediante identidade com o núcleo de FP” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 180)⁹.

A formação de interrogativas é também analisada. Considerando que “os elementos interrogativos podem mover-se para Spec de CP ou manter-se na posição original *in situ* na língua de sinais brasileira” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 187), as autoras discutem o papel das marcas não-manuais, cujo escopo determina contrastes de significado, como a oposição entre perguntas eco e perguntas com a palavra QU *in situ*: enquanto nestas as marcas não-manuais se espalham obrigatoriamente sobre todo o domínio da oração, naquelas somente o constituinte no final da sentença é marcado. Construções com a palavra QU em posição final, nas quais se tem evidência de que houve movimento, como nos casos em que é interrogada a posição de sujeito, são analisadas em termos de extraposição do IP, conforme descrito anteriormente. A seção é encerrada com uma discussão acerca das interrogativas indiretas. Partindo da observação de

que a LSB, diferentemente da ASL, apresenta distinção morfológica entre a palavra interrogativa na oração raiz e na oração subordinada, é demonstrado que a presença de marca não-manual na oração com a palavra QU (do tipo que se espalha por toda a oração) indica que esta não está subordinada à oração na primeira posição – trata-se de duas orações raiz. Interrogativas indiretas, por sua vez, apresentam outro tipo de marca não-manual (seja em LSB, seja em ASL), a qual incide exclusivamente sobre o constituinte com a palavra QU.

As autoras concluem a obra com a discussão acerca da concordância. Destacam inicialmente a controvérsia na literatura quanto à existência desse processo gramatical nas línguas de sinais, apresentando em seguida argumentos que confirmam a existência do fenômeno, a saber:

- as formas para a primeira pessoa e não-primeira pessoa são diferentes;
- a multiplicidade de formas na marcação de número em diferentes línguas de sinais;
- a existência de auxiliar para expressar a relação sujeito-verbo-objeto nas construções que não marcam concordância em algumas línguas de sinais e
- a correlação entre a manifestação da concordância e propriedades semânticas dos argumentos, como o traço de animacidade (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 200-201).

A esses aspectos acrescentam os resultados da pesquisa de Mathur e Rathmann (2002), Lillo-Martin (no prelo), Lillo-Martin e Quadros (no prelo), em particular no que se refere às observações de Liddell (1990, 1995) quanto à existência de ordem não-sintática no processo de concordância (com indicação gestual combinada com elementos de ordem lingüística dos sinais): “[...] apesar das características essencialmente visuais e espaciais, há restrições quanto à ordenação dos constituintes na estrutura.” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 209). Em relação ao caráter indeterminado dos pontos de localização, aspecto, segundo as autoras, alegado por Liddell (1990, 1995) para rejeitar uma análise gramatical para o fenômeno da concordância em línguas de sinais, as autoras observam que os elementos a determinar a concordância são traços formais associados aos núcleos sintáticos da projeção oracional, o que situa o processo em um nível abstrato (supostamente como um requisito para a visibilidade dos argumentos para atribuição de papel

temático, independentemente do recurso adotado para sua lexicalização. Nesse sentido, os problemas não são de ordem sintática. Conforme observado por Rathmann e Mathur, citados pelas autoras, (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 212) “as diferenças entre as línguas sinalizadas e as línguas faladas apontadas por Liddell estão no nível articulatório-perceptual.” Com essa proposta, a expressão conceitual do *locus* na língua de sinais é deslocada para a interface entre o sistema lingüístico e conceitual, uma hipótese que, conforme destacam as autoras, requer estudo aprofundado, especialmente pelas “possibilidades de avanços no nível das investigações das interfaces” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 212).

Editada em Porto Alegre, pela ARTMED, a obra apresenta boa qualidade editorial, destacando-se a impressão adequada das imagens fotográficas na ilustração dos sinais, requisito essencial para a exemplificação dos dados. Foi identificada a ausência, nas referências bibliográficas, de alguns itens bibliográficos citados no corpo do texto, o que pode facilmente ser corrigido em edições futuras.

Com essa exposição, contamos ter destacado não só a abrangência das questões examinadas, em relação às propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas da Língua de Sinais Brasileira, mas também a relevância da contribuição das autoras, que vem ao encontro de interesses diversos:

- dos surdos, ao sistematizar formas e explicitar propriedades da língua materna de uma comunidade singular na utilização de sua língua, oferecendo-lhes meios objetivos e formais para reconhecê-la no confronto com outras línguas de sinais, com línguas orais e, assim, reconhecerem-se a si mesmos e ao outro no exercício da palavra;
- de pesquisadores em lingüística e áreas afins, ao apresentar evidências empíricas e análises teóricas para um conjunto de fenômenos que vêm contribuir para o desenvolvimento do pensamento científico e para o entendimento de questões relativas às línguas naturais, à cognição (humana) e aos aspectos psicossociais implicados na manifestação da linguagem e
- de educadores, gestores públicos, da população, enfim, que passam a contar com informações relevantes para a intervenção social qualificada, requisito fundamental na construção de uma sociedade que busca promover o desenvolvimento humano pela valorização da cidadania e da vida.

Notas

- 1 Na discussão acerca da iconicidade nas línguas de sinais, Brito (1997, p. 7) propõe destacar o caráter convencional dos sinais (icônicos ou não) evitando-se, assim, a discussão quanto ao caráter arbitrário ou não. A autora observa ainda que “[no] intuito de tornar alguns conceitos e descrição de eventos mais visíveis, palpáveis e concretos, as línguas orais usam noções espaciais para traduzi-las [...] Alguns eventos são estruturados cronologicamente ou de forma a traduzir sua natureza contínua ou interativa (por exemplo: ele correu, correu, correu até não agüentar mais).” (SALLES, 2002)
- 2 A ocorrência simultânea de níveis (*tiers*) de elementos fonológicos na língua oral, conforme postulado na fonologia autosegmental, permite estabelecer um correlato para a simultaneidade observada na língua de sinais. A esse aspecto pode-se aduzir fenômenos fonológicos suprasegmentais, como o acento, a entonação, a duração. Naturalmente, não sendo as propriedades fonológicas da língua oral o objeto de discussão da obra é compreensível que as autoras não tenham se detido sobre esse aspecto.
- 3 Em relação à delimitação do espaço de enunciação – e indiretamente em relação à locação –, é interessante considerar o estudo de Kegl, Senghas e Coppola (1999) em que são examinados surdos que adquiriram a língua de sinais na infância e na fase adulta. Trazendo evidências para a existência do chamado período crítico na aquisição de língua, os autores verificam, entre outros aspectos, que a utilização do espaço de enunciação é marcadamente diferente em cada grupo: enquanto no último o espaço é mais amplo, no primeiro é mais restrito, apresentando limites definidos (geralmente na parte superior do corpo). Nesse sentido, constata-se a importância do espaço de enunciação na articulação das propriedades abstratas da estrutura fonológica da língua de sinais.
- 4 Em abordagens formalistas, expressões não-manuais têm sido analisadas como traços sintáticos realizados em projeções funcionais, com escopo sobre o domínio de c-comando do núcleo funcional relevante (NEIDLE, 2000). Nos capítulos seguintes, as marcas não-manuais serão retomadas em associação com operações gramaticais

como marcação de tipo frasal, concordância, o que permite inferir a atribuição de propriedades funcionais a esse parâmetro.

- 5 Em relação ao léxico da LSB, cabe destacar estudo cuidadoso de Faria (2004) a respeito da metáfora nessa língua. Além de apresentar ampla exemplificação e sistematização, a autora examina aspectos funcionais da constituição do significado dessas expressões, dado o pressuposto de que são determinados no nível da competência comunicativa.
- 6 Em relação ao processo de derivação do árabe, ilustrado em (i)-(ii), existe divergência quanto à análise do processo derivacional.

(i) *kataba* “ele escreveu”

(ii) *kutib* “estava escrito” (extraído de JACKENDOFF, 1994, p. 45, apud QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 95)

Em McCarthy (1979; 1981, apud KATAMBA, 1993), questiona-se a análise em termos de incorporação ou de infixação e propõe-se que a formação dos lexemas assenta-se em camadas (*tiers*), que correspondem à base consonantal (fixa), à estrutura silábica (CVCVCV; CVCVC) e à camada vocálica, cuja curva melódica provê informação análoga àquela carregada pelos afixos flexionais/derivacionais. Essa análise, formulada no âmbito da morfologia prosódica, não recorre à noção estruturalista/concatenativa de morfema, revelando-se adequada aos modelos formulados em termos de regras (KATAMBA, 1993), para sistematização de argumentos que questionam a noção estruturalista de morfema. Para os objetivos da presente obra, não é essencial definir os detalhes da análise dos dados do árabe, cabendo apenas ilustrar a diversidade das operações de derivação, o que permite situar os fenômenos encontrados nas línguas de sinais (em confronto com línguas orais). Fica, porém, evidente que uma análise em termos da morfologia prosódica parece mais interessante para dar conta de processos simultâneos, como os que ocorrem nas línguas de sinais.

- 7 Estudos psicolinguísticos podem evidenciar a manifestação do processo de topicalização como propriedade da gramática internalizada da língua de sinais. É o caso do estudo longitudinal da aquisição de português (escrito) por surdos, reportado em Chan-Vianna (2003), em que se identifica a conservação do processo de topicalização da L1 na razão inversa do acesso ao *input* da segunda língua (no caso, o português).

- 8 Em face dos múltiplos interesses que a obra suscita e considerando que em outros trechos identifica-se a preocupação em situar o leitor nos conceitos básicos da lingüística teórica, o capítulo referente à sintaxe apresenta nível de análise muito elaborado. Neste sentido, há a necessidade de prestar esclarecimentos quanto à utilização de alguns conceitos. Por essa razão caberia, em edições futuras, fornecer tabela de abreviaturas e ainda, no próprio texto, situar o leitor quanto a alguns detalhes da projeção da estrutura oracional – por exemplo, o esclarecimento prévio de que a estrutura compreende a projeção do(s) núcleo(s) lexical(is) e seus respectivos argumentos, a qual é dominada sintaticamente pela projeção dos núcleos funcionais – a saber, o núcleo I (*Inflection/Flexão*), com seus possíveis desdobramentos, e o núcleo C (*Complementizer/ Complementador*), este último responsável pela codificação de propriedades como força, finitude, modalidade, também referido como a periferia à esquerda da oração.
- 9 Partindo da definição de Zubizarreta (1998), segundo a qual o *foco* é a porção não pressuposta da sentença, além das línguas naturais poderem utilizar diferentes modos para identificar o foco em uma dada sentença: a prosódia, a morfologia, uma posição sintática específica, havendo a possibilidade de que determinada língua utilize um ou mais meios, Salles (2004) observa que construções da LSB com o elemento focalizado no final da oração (duplicado ou não) devem ser analisadas em confronto com outros processos de marcação do foco. É o caso das perguntas QU, em que a expressão interrogativa (*o que, quem*) é o foco da sentença e pode ser encontrada na primeira posição, o que indica o movimento para a periferia à esquerda da oração, ou *in situ*, o que indica que permanece na posição em que foi gerada – construções interrogativas serão exemplificadas adiante. Nesse sentido, as construções com o elemento focalizado no final da oração são de especial interesse, cabendo investigar se sua manifestação está associada a propriedades específicas das línguas de sinais, ainda que a análise de Quadros (1999) demonstre que são licenciadas por operações determinadas pela faculdade de linguagem.

Referências

- BRITO, Lucinda Ferreira. Língua brasileira de sinais – LIBRAS. In: BRASIL.Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. *Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: língua brasileira de sinais*. Brasília, 1997. v. III.
- CHAN-VIANNA, Adriana. *Aquisição de português por surdos: estruturas de posse*. 2003. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- FARIA, Sandra Patrícia N. *A metáfora e a construção dos sentidos no desenvolvimento da competência comunicativa de alunos surdos*. 2004. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- HOUAISS, Antonio. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1985.
- KATAMBA, Francis (1993) *Morphology*. New York: Palgrave.
- KEGL, Judy; SENGHAS, Ann; COPPOLA, Marie. Creation through contact: sign language emergence and sign language change in Nicaragua. In: DE GRAFF, Michel (Org.). *Language creation and language change: realization, diachrony, and development*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001.
- NEIDLE, Carol et al. *The syntax of american sign language*. Cambridge: Mass.: MIT Press, 2000.
- SALLES, Heloisa et al. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília: SEESP/MEC, 2002.
- SOUZA, Regina Maria de. [Prefácio]. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: ARTMED, 2004. p. 10.
- VERKUIL, H. *A theory of aspectuality: the interaction between temporal and atemporal structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ZUBIZARRETA, Maria Luiza. *Prosody and Focus*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1998.

Heloisa Maria Moreira Lima Salles
Departamento de Lingüística, Línguas
Clássicas e Vernácula
Universidade de Brasília (UnB)
CEP:70 910-900
Brasília-DF
E-mail: hcloisasalles@gmail.com

Recebido em: 11/09/2006
Aprovado em: 10/11/2006